



O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Fabiana Luiza Negri¹
Ana Soraia Haddad Biasi²

Resumo

Este artigo apresenta resultados da pesquisa qualitativa que analisou o processo de formação em Serviço Social, para compreender como se insere a ação intersetorial das políticas sociais e a relação instituída com o projeto ético-político profissional. Procedeu-se com a análise documental dos Projetos Políticos Pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos da Unochapecó, UFSC e UNIPLAC cotejando-os com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Realizamos uma pesquisa de campo, a partir de entrevistas semiestruturadas com um docente e um discente de cada curso. Os resultados obtidos indicam que os cursos estão referenciados nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e que de forma transversal ao estudo das políticas sociais trabalham a ação intersetorial apontando a necessidade de se refletir sobre o assunto de maneira crítica superando a visão burocrático-administrativa.

Palavras-Chave: Ação Intersetorial. Políticas Sociais. Formação em Serviço Social.

1 INTRODUÇÃO

Os assistentes sociais têm atuado na implementação, coordenação e execução das políticas sociais, balizando assim, a importância de um processo de formação voltado para a intersectorialidade das políticas sociais. Essa reflexão é necessária na medida que se propõe pensar criticamente sobre a ação intersectorial das políticas sociais, uma vez que esta é uma demanda do cotidiano profissional, ressaltando que a ação intersectorial influencia o cenário das políticas sociais³.

A pesquisa realizada entre abril e setembro de 2014, nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs) do Estado de Santa Catarina, teve por finalidade compreender como se insere a perspectiva da intersoterialidade das políticas sociais e a relação instituída com o projeto ético-político profissional no processo de formação.

Trata-se de uma pesquisa de método crítico dialético através da pesquisa de campo e documental, com uma abordagem qualitativa, na qual é possível trabalhar conforme Minayo (2000, p.24) "[...] com a vivência, com a experiência, com a cotidianidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana objetivada". Para desenvolver a referida pesquisa, selecionamos (03) três UFAs presenciais de um total de (06) seis existentes no Estado⁴, sendo elas: Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC). A seleção destas três unidades ocorreu a partir da divisão territorial do Estado, levando em conta sua localização, pois a primeira situa-se na região oeste, a segunda no litoral e a última na região do planalto catarinense.

¹ fabianaluizanegri@yahoo.com.br - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² abiasi@mpsc.mp.br - Ministério Público.

³ As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HÖFLING, 2001, p. 31).

⁴ Conforme levantamento organizado em março de 2014, pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 12ª Região.



No intuito de apresentar os resultados da pesquisa qualitativa dividimos o presente artigo em duas partes, a primeira versa sobre a relação imbricada das políticas sociais e a perspectiva da intersetorialidade e em seu âmbito, a ação profissional. Na segunda parte apresentamos os dados coletados na pesquisa, a partir da análise documental procedida nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e nas matrizes curriculares de cada curso, bem como nas entrevistas semiestruturadas realizadas com uma docente e uma discente. As docentes são ou foram também coordenadoras dos cursos, todas do sexo feminino. As discentes são todas do sexo feminino, frequentando a oitava fase na época da pesquisa.

Por fim, são apresentadas algumas considerações em relação ao tema pesquisado a partir das informações obtidas tanto pela pesquisa documental como pela pesquisa empírica que apontam para a necessidade da discussão crítica acerca da ação intersetorial.

2 AS POLÍTICAS SOCIAIS E A AÇÃO INTERSETORIAL

Nessas últimas décadas o que se constata na realidade social, é que o projeto ideológico e político do neoliberalismo intensifica-se e persiste, gerando uma profunda redução na garantia de acesso aos direitos, posto que, além da refilantropização, ainda se estabelece condicionalidades às famílias usuárias das políticas sociais, subvertendo a concepção de universalidade. Do mesmo modo, o Estado brasileiro tem seguido a lógica de privatização das políticas sociais, pautado suas ações nas orientações dos organismos internacionais, com a finalidade de reter sob seu comando, políticas estratégicas, tendo como foco central o controle da economia, deixando ao setor privado, por meio de parcerias público-privado, a execução das políticas sociais consolidando a sua setorialização e focalização.

É no âmbito da intersetorialidade, conforme Nascimento (2010, p. 99) que estarão postas as possibilidades de superação da setorialização das políticas sociais, uma vez que a partir desta perspectiva busca-se garantir a articulação das políticas sociais, visando a superação da gestão pública clientelista e democratizando as relações internas. A intersetorialidade, conforme Sposati (2006) é um caminho ou processo estruturador de novas respostas, novas demandas para cada uma das políticas públicas. A ação intersetorial deve ser um mecanismo 'racionalizador de ações' evitando, desse modo, intervenções e gastos sobrepostos. O que move a intersetorialidade, segundo o pensamento da autora, é o princípio da convergência, como um 'pacto de uma ação coletiva', que pode ocorrer tanto no âmbito da gestão como na esfera dos serviços através dos 'agentes institucionais'.

Cabe uma reflexão acerca da atuação do assistente social no âmbito das políticas sociais, no qual o movimento de busca pela 'unidade' não deverá afastar-se do compromisso com o projeto ético-político profissional, sobretudo, porque conforme Netto (1999, p. 16) "o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com segmentos de outras categorias profissionais que compartilham de propostas similares". Assim sendo, a articulação entre as políticas sociais prescinde de uma articulação entre seus operadores, posto que, a abordagem intersetorial exige o reconhecimento do papel de cada profissional, pressupõe interação com troca de saberes entre os profissionais e gestores. Exige a construção de entendimentos comuns a partir dos significados constantemente construídos e reconstruídos.

É essencial entender que a ação intersetorial é um processo socialmente construído, na medida em que se faz necessário investir na aproximação e participação ativa dos sujeitos que integram as diferentes políticas. Pois esta "atuação intersetorial requer o esforço das diferentes áreas do conhecimento (em vencerem dificuldades para) trabalhar de modo integrado e construir um outro patamar de gestão do social" (BIDARRA, 2009, p. 491). Ou seja, a ação intersetorial pode viabilizar novas relações para uma gestão democrática e



participativa. A ação intersetorial no sentido aqui apontado caracteriza-se pelo processo contínuo de sua construção, “[...] sustentada em uma referência de natureza ético cultural democrática” (BIDARRA, 2009, p.488). A ação intersetorial deve buscar a materialização de uma nova forma de pensar a gestão das políticas sociais, o que requer um posicionamento político que concretize “[...] o sentido da democratização do Estado, obtido por meio da radicalização das experiências e das inovações práticas [...]” (BIDARRA, 2009, p. 488).

Nas palavras de Bronzo e Veiga (2007, p. 11):

[...] a intersetorialidade se diferencia, ainda que de forma sutil, da articulação ou coordenação das ações, uma vez que envolveria alterações nas dinâmicas e processos institucionais e nos conteúdos das políticas setoriais, introduzindo uma perspectiva inovadora no desenho e na abordagem das políticas setoriais e na gestão pública.

A intersetorialidade requer uma compreensão ampliada de sua extensão no campo das políticas sociais, não vista como apenas uma possibilidade de articulação, coordenação e comunicação, mas vista como uma ação integradora, de complementariedade entre as diferentes políticas sociais, no sentido de pautar intervenções coletivas.

A ação intersetorial significa muito mais que um conjunto de mecanismos de ação estatal, está ligada a decisões políticas, a um processo de reorganização institucional e especialmente a uma mudança de comportamento dos sujeitos envolvidos exige uma nova conformidade das velhas estruturas organizacionais, bem como uma ação pensada e executada coletivamente que esteja voltada as classes subalternas, potencializando a democracia e uma ação ético-política.

3 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL E A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS

3.1 Análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação Presenciais de Santa Catarina

Para analisar os projetos políticos pedagógicos e as matrizes curriculares dos cursos pesquisados, elegeu-se cinco princípios que constituem as Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS, elaborada em 08 de novembro de 1996, a saber: flexibilidade de organização dos currículos; rigoroso trata teórico, histórico e metodológico da realidade; adoção da teoria social crítica; superação da fragmentação de conteúdos e o caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional.⁵

Destaca-se, que o projeto político pedagógico da Unochapecó é expressamente claro, que a perspectiva intersetorial é uma ação a ser desenvolvida pelos profissionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, pois indica como competências e habilidade o “trabalho interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional” (PPP Unochapecó, 2008, p. 04).

No que se refere a flexibilidade de organização dos currículos, o projeto político pedagógico da Unochapecó apresenta componentes curriculares que se dividem em: disciplinas, seminários, oficinas, estágio e monografia. Em relação ao rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, analisando a matriz curricular constata-se que o curso propõe desde o início o estudo da realidade da formação sócio-histórica brasileira e da realidade regional, inserindo também o estudo da profissão.

⁵ É necessário esclarecer, que foram eleitos apenas cinco dos doze princípios, pela relação que eles mantêm com a proposta da pesquisa desenvolvida, enfatizando a importância da articulação de conteúdos, da interdisciplinaridade, da integralidade do processo de formação.



No que concerne a adoção de uma teoria social crítica, a matriz curricular do curso de Serviço Social da Unochapecó, estuda a influência de Marx através de Marilda lamamoto e a influência do marxista italiano Antônio Gramsci e as principais produções do período, consubstanciando num processo de formação que habilita os discentes às demandas da realidade e institui uma reflexão crítica. No que diz respeito a superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, a matriz curricular do curso de Serviço Social da Unochapecó apresenta uma lógica coerente com o objetivo traçado para o curso, demonstrando claramente a conexão dos componentes curriculares, sua integração e garantindo um processo contínuo de formação. Quanto ao princípio de manter o caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação, destaca-se na matriz curricular do curso de Serviço Social da Unochapecó os componentes curriculares, que indicam claramente a interlocução com outras áreas do conhecimento.

O projeto político pedagógico do curso de Serviço Social da UFSC (2013) destaca a relevância do domínio das técnicas para elaboração, execução e avaliação de planos, programas e projetos na área social, confere centralidade a dimensão investigativa dando ênfase ao perfil teórico crítico, com capacidade de politização das demandas, no intuito de possibilitar o rompimento com os processos de subalternização política da profissão.

Pensando as competências e habilidades, o curso de Serviço Social da UFSC, dentre suas propostas para o processo de formação apresenta o “[...] domínio dos recursos gerenciais, informacionais, operacionais e orçamentários presentes na instituição, que envolvem o exercício profissional concretamente” (PPP UFSC, 2013, p. 39). Aponta-se, nessa perspectiva, a capacidade do estudante a partir de uma série de recursos operacionalizar o exercício profissional, lançando mão de conhecimentos ligados a questões orçamentárias e de gestão, o que por certo abre caminho a possibilidade de estudo e apreensão da ação intersetorial, uma vez que esta surge no âmbito das instituições.

Cotejando a proposta curricular do curso de Serviço Social da UFSC com os princípios da ABEPSS (1996), percebe-se que a flexibilidade de organização curricular se configura na proposta de diversificação das metodologias de ensino-aprendizagem e especialmente quando possibilita a relação com outros departamentos. No que se refere ao rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, identificou-se componentes curriculares obrigatórios distribuídos ao longo do curso que tratam da realidade social articulando a leitura de conjuntura com o conhecimento científico e as especificidades da profissão. A adoção da teoria social crítica evidencia-se especialmente, nos componentes curriculares que em conjunto tratam do estudo do capitalismo, da aproximação do Serviço Social ao marxismo, das transformações do capitalismo contemporâneo, da metodologia do trabalho científico e da construção do conhecimento científico, prosseguindo com o estudo do materialismo, e do método crítico-dialético. A superação da fragmentação de conteúdos constata-se na continuidade e integração da proposta de ensino-aprendizagem de cada um dos componentes curriculares e/ou atividades. Disponibiliza e estuda as políticas sociais que compõem o tripé da seguridade social distribuídas em componentes curriculares obrigatórios, demonstrando a capacidade de organização das políticas sociais no sentido de articulação das mesmas, o que por certo caracteriza o processo de formação com potencial ao estudo da perspectiva da intersetorialidade.

Na análise da matriz curricular, do projeto político pedagógico do curso de Serviço Social da UNIPLAC, observou-se a partir das ementas dos componentes curriculares que os mesmos possibilitam uma formação com a discussão/reflexão sobre a ação intersetorial.

Ao cotejar a matriz curricular com as Diretrizes da ABEPSS (1996), observou-se que o curso de Serviço Social da UNIPLAC apresenta flexibilidade em seu currículo, uma vez que se constitui de componentes curriculares, seminários temáticos, oficinas, laboratórios,



estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, demonstrando que “[...] a estrutura curricular se apresenta flexível às diversas situações, portanto, suscetível de constantes avaliações e melhorias de acordo com as necessidades vivenciadas” (PPP UNIPLAC, 2009, p. 63). No que se refere ao rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade, apontado pelas diretrizes da ABEPSS (1996), o curso desenvolve esta discussão com os componentes curriculares, enfocando a perspectiva teórica e histórica, desdobrando-se por toda matriz curricular. Em relação à adoção da teoria social crítica, após a análise do ementário e referências bibliográficas dos componentes curriculares, observou-se que essa diretriz aparece fortemente em toda matriz curricular. Vale destacar que o projeto político pedagógico do curso de Serviço Social da UNIPLAC menciona que “[...] os fundamentos epistemológicos do curso de Serviço Social são embasados no materialismo histórico-dialético” (PPP UNIPLAC, 2009, p. 36).

4 A PESQUISA DE CAMPO E A DISCUSSÃO DAS ENTREVISTADAS QUANTO A AÇÃO INTERSETORIAL

Sobre a identificação e como situa-se a importância da intersectorialidade das políticas sociais no currículo dos cursos e quais as estratégias que garantem sua discussão no processo de formação, a pesquisa empírica demonstrou que em nenhum dos cursos pesquisados há um componente curricular específico de reflexão e discussão sobre a ação intersectorial no âmbito das políticas sociais.⁶

Conforme enfatizado pela Discente C:

“Dentro do nosso curso, não temos uma disciplina específica sobre a intersectorialidade, porém ao longo da graduação tivemos várias discussões a respeito da temática” (Informação por escrito).

Desse modo, as entrevistadas apontaram que os cursos de Serviço Social trabalham com a ação intersectorial de forma transversal ao estudo das políticas sociais durante todo o período da graduação. Nessa esteira, identificam o estudo da intersectorialidade a partir da lógica que busca um processo formativo generalista, na perspectiva de compreender e apreender as políticas sociais diante de uma extensa relação de determinantes e causalidades envolvendo as relações sociais no âmbito da ação profissional.

É fundamental romper com o pensamento parcializado, focalizado na especialidade e setorializado, para avançarmos no processo de formação em relação à ação intersectorial. É imprescindível recorrermos a estratégias no processo formativo que superem a fragmentação e principalmente que sejam elaborados conceitos e concepções claras sobre a intersectorialidade e seus desdobramentos, o que por certo ainda não é uma realidade dos cursos de Serviço Social. No que se refere à importância do estudo da ação intersectorial no processo de formação dos cursos de Serviço Social a pesquisa empírica evidenciou que trata-se de um aspecto fundamental do processo formativo, dado que a ação profissional do assistente social, está diretamente vinculada a elaboração, planejamento e execução das políticas sociais.

A ação profissional é, na atualidade, materializada na sua grande maioria no campo das políticas sociais, muitas pesquisas em especial a do CFESS realizada em 2004⁷,

⁶ Para viabilizar a apresentação das entrevistas, definiu-se que as docentes/coordenadoras passariam a se chamar Docente A, B e C e as discentes entrevistadas também foram denominadas Discente A, B e C, garantindo o anonimato das respostas e cumprindo os preceitos éticos de uma pesquisa. As falas das entrevistadas serão colocadas em Itálico, para melhor identificação.

⁷ Pesquisa sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, promovida pelo CFESS, com base em dados em 2004, constata que, no nível nacional, 78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de



constatam que o maior empregador dos assistentes sociais é o Estado, seja no nível Federal, Estadual ou Municipal, este último com ampla maioria de profissionais atuando nas diversas políticas sociais. O que em grande medida desvela a necessidade de refletir, debater e compreender a ação intersetorial das políticas sociais. Nas palavras de Yazbek (2014, p. 98) “A intersectorialidade supõe também a articulação entre sujeitos de áreas que tem suas especificidades e diversidades e, portanto experiências particulares, para enfrentar problemas complexos”. Os assistentes sociais desenvolvem sua ação profissional, compondo equipes multiprofissionais das políticas sociais, portanto será a partir das demandas da realidade social que se instituirão as intervenções⁸, com a finalidade de propiciar o enfrentamento das expressões da questão social. Essa perspectiva requer dos assistentes sociais habilidade e capacidade de articulação dos diferentes saberes para a qualificação de sua ação profissional.

Todas as pesquisadas sinalizaram afirmativamente que a ação intersetorial é compreendida como um meio potencial que integra e articula o fazer singular no âmbito das políticas sociais, as quais devem estar voltadas ao enfrentamento das expressões da questão social.

Nessa lógica é o que indica o depoimento da Docente C:

“A intersectorialidade não anula a singularidade do fazer setorial pela instituição, ao contrário, reconhece os domínios temáticos onde o envolvimento de todos os setores podem contribuir com o seu fazer e perspectiva setorial de maneira articulada para o enfrentamento das expressões da questão social” (Informação por escrito).

Embora seja essa a perspectiva mais presente na atualidade, a ação intersetorial precisa ser entendida para além; no sentido de estabelecer um novo processo de gestão, de planejamento e organização das políticas sociais, superando a visão integradora e constituindo-se na lógica do suporte às decisões políticas e na constituição de uma relação orgânica entre as políticas sociais e seus agentes executores. Estas são condições *sine qua non*, para que se materialize o enfrentamento das expressões da questão social, justamente por se tratarem de problemas estruturais da sociedade.

A temática da intersectorialidade ocupa lugar central na agenda contemporânea da política social em razão da complexidade que cerca a questão social hoje, traduzida notadamente no agravamento da pobreza e das desigualdades sociais, assim como na conhecida debilidade do nosso sistema de proteção social em responder às demandas por direitos sociais (MONNERAT e SOUZA, 2014, p. 40).

A percepção da ação intersetorial como uma possibilidade de articulação e integração das políticas sociais, voltada para a garantia dos direitos é extremamente importante, no entanto o que se defende é que essa integração e articulação deve superar as concepções mecanicistas, e que de fato, a ação intersetorial se constitua a partir de uma relação orgânica das diferentes políticas sociais e seus atores, pois como explicou a Docente A:

“[...] a intersectorialidade é recurso poderoso para qualificar os serviços ofertados e neste sentido, alcançar o sujeito do ponto de vista da sua totalidade” (Informação por escrito).

natureza estatal, das quais 40,97% atuam no âmbito municipal, 24% estaduais e 13,19% federais (IAMAMOTO, 2009, p. 345).

⁸ Nesse caso não vamos adentrar na discussão das demandas, mas cabe registrar que podem tanto ser dos usuários como das próprias instituições empregadoras dos assistentes sociais.



Constatamos que todos os cursos pesquisados passaram por reformulações de seus PPP, com a finalidade de instituir uma formação que priorize a articulação dos componentes curriculares, superando a fragmentação de conteúdos, pautando-se nos três núcleos de fundamentação definidos pelas Diretrizes Curriculares. O processo de formação no Serviço Social tem se aprimorado, mediado pela teoria social crítica, e pela intensificação e qualificação das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas; voltados para uma intervenção na realidade social.

Na medida em que o processo de formação estimula o debate/reflexão sobre as políticas sociais, pautando-se na perspectiva de compreendê-las como parte da totalidade e ainda que necessariamente precisem buscar sua relação e conexão, a ação intersetorial passa a ser um dos eixos balizadores desse debate. Nesse sentido, o projeto ético-político do Serviço Social por certo é um referencial para a reflexão sobre a intervenção profissional nas políticas sociais, assim sendo, a ação intersetorial pode e deve ser pensada de forma crítica, com a finalidade de superar as diferentes perspectivas que a fomentam, desde a lógica administrativo-gerencial à mera agregação de ações em busca da eficiência e eficácia. Desde o processo de formação é necessário primar pela ponderação crítica da ação profissional, cabendo ao assistente social problematizar a ação intersetorial nas políticas sociais, no intuito de elaborar uma reflexão política, especialmente no que se refere às ações que se situam no campo dos investimentos públicos e nas intervenções que se operacionalizam cotidianamente.

A ação intersetorial deve estar pautada na compreensão da totalidade, na perspectiva histórica da realidade e nas mediações que a constituem. Situa-se num campo de contradições, com a finalidade de instituir movimentos de resistência à funcionalidade dos sistemas, uma vez que a setorização das políticas sociais caracteriza-se por um procedimento administrativo burocrático. Isto revela a imperiosa necessidade de conceber a ação intersetorial para além da técnica gerencial. Neste contexto, segundo Pereira (2014, p. 37), “[...] a intersetorialidade não é uma estratégica técnica, administrativa ou simplesmente de boa prática gerencial. Pelo contrário. É um processo eminentemente político e, portanto, vivo e conflituoso”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise dos projetos políticos pedagógicos e das matrizes curriculares das UFAs pesquisadas, observou-se que todos os projetos políticos pedagógicos e por consequência as matrizes curriculares passaram nos últimos anos por reformulações, com a finalidade de adequação dos cursos às Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social da ABEPSS (1996). Fato que demonstrou excepcionais avanços ao processo de formação, principalmente com a consolidação da teoria social crítica, com a articulação dos componentes curriculares cumprindo o objetivo fim daquelas diretrizes construídas coletivamente. Ficaram evidentes os objetivos das Diretrizes nos projetos políticos pedagógicos e nas matrizes curriculares dos cursos pesquisados, o que representa um significativo avanço ao processo de formação, mas ao mesmo tempo grandes desafios ao corpo docente de cada curso, por instituir um patamar diferenciado e mesmo contrário da atual corrente que arrasta o ensino superior a uma ação atomizada, e a mercantilização, bem como ao aprofundamento dos processos de aceleração e precarização.

Destarte, uma demanda atual tem sido a reflexão sobre a ação intersetorial, a qual em grande medida vem sendo discutida de forma transversal ao estudo das políticas sociais. Vale ressaltar que acertadamente nenhum dos cursos de graduação em Serviço Social pesquisado, apresenta um componente curricular específico sobre a ação intersetorial, indicando que o seu estudo ocorre no transcorrer do processo de formação durante todas as fases.



As universidades pesquisadas buscam incessantemente um viés para a formação que supere a fragmentação do saber, no entanto a formação generalista do Serviço Social acaba, na sociabilidade burguesa, definindo um rumo ao processo de formação que destaca as áreas temáticas (idoso, criança e adolescente, família, gestante, assistência social, saúde e educação, etc.) correndo-se o risco de não propiciar uma formação do ponto de vista da totalidade. É de extrema importância que o processo de formação garanta a reflexão crítica sobre as políticas sociais, potencializando o posicionamento ético-político dos futuros assistentes sociais. Para que possam compreender a fragilidade dos programas e projetos sociais, assim como as demandas institucionais voltadas ao gerenciamento de situações emergenciais.

A ação intersetorial defendida não é aquela que aparece formalmente como mera integradora das políticas sociais, com o objetivo de harmonizar, aquietar as tensões e nivelar divergências, justamente o inverso, a ação intersetorial deve ser capaz de lidar com as diferenças através de um fazer coletivo, que tenha como finalidade a garantia dos direitos sociais reivindicados pela classe subalterna, sem perder de vista a noção de totalidade da ação profissional, compreendendo que a efetiva superação da questão social e suas manifestações somente será possível noutra sociabilidade.

Tanto as análises documentais como a pesquisa empírica expressam a necessidade de se refletir sobre a ação intersetorial de forma crítica, no intuito de elaborar uma concepção sobre essa temática que supere a proposta mecanicista e burocrático-administrativa a qual em grande medida, sempre esteve associada. Estudar sobre a ação intersetorial, requer compreendê-la pela perspectiva política, devido ao potencial e capacidade de articulação de diferentes saberes, atores e setores com compreensões diversas sobre a realidade social. Nesse sentido, é fundamental afirmar a necessidade de compreender a ação intersetorial como um processo orgânico de articulação entre as políticas sociais e seus agentes executores, superando o pragmatismo das ações.

O Projeto ético-político do Serviço Social está presente na reflexão das políticas sociais, por orientar a ação profissional, que não ocorre isoladamente, necessariamente precisa instituir interlocuções com outros saberes profissionais e esse movimento requer um posicionamento ético e político, que esteja pautado num referencial teórico-metodológico.

Por fim, é na perspectiva da garantia dos direitos, na ampliação e no fortalecimento das lutas da classe subalterna, que a ação profissional também no âmbito das políticas sociais deve estar pautada e nesse campo a ação intersetorial pode e deve tornar-se um elemento potencializador desta intervenção profissional.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**, Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. [mimeo].

BIDARRA, Zelimar Soares. Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia dos direitos. **Serviço Social e Sociedade**. Nº 99, Julho/Setembro, São Paulo: Cortez Editora, 2009, 483-498.

BRONZO, Carla e VEIGA, Laura da. Intersectorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. **Serviço Social e Sociedade**. Nº 92, Ano XXVIII, Novembro, São Paulo: Editora Cortez, 2007, 05-22.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. [Acessado em maio de 2013].



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

IAMAMOTO, Marilda. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-376.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

NASCIMENTO, Sueli. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade**. nº 101, jan./mar, São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais**. Brasília: CEFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999. p. 01-22.

PEREIRA, Potyara A.P. A intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. MONNERAT, Giselle L., SOUZA, Rosimary G. e ALMEIDA, Ney Luiz T. (Orgs). **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas-SP: Papel Social, 2014. p.21-40.

PPP - Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social. **Resolução CONSUN 142**, Chapecó: Unochapecó, 2008.

PPP – **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Lages: UNIPLAC, 2009.

PPP – **Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Florianópolis: UFSC, 2013.

SPOSATI, Aldaíza. Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiências. **Serviço Social e Sociedade**. Nº 85, jan/mar, São Paulo: Cortez, 2006, p. 133-141.

YAZBEK, Maria C. Sistemas de Proteção Social, Intersetorialidade e Integração de Políticas Sociais. MONNERAT, Giselle L., SOUZA, Rosimary G. e ALMEIDA, Ney Luiz T. (Orgs). **A Intersetorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. Campinas-SP: Papel Social, 2014. p.77-104.